

Policy Brief

Os BRICS e as Revoltas no Oriente Médio e Norte da África



Dezembro de 2011

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Policy Brief

Os BRICS e as Revoltas no Oriente Médio e Norte da África



Dezembro de 2011

Núcleo de Política Internacional e Agenda Multilateral

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



Os BRICS e as Revoltas no Oriente Médio e Norte da África

Sumário Executivo

Desde dezembro de 2010, países árabes do Oriente Médio e do Norte da África, como Tunísia, Egito, Líbia e Síria, têm sido palcos de uma série de revoltas em busca de reformas políticas, sociais e econômicas. Considerando o destaque desses acontecimentos na agenda internacional e as temáticas sobre as relações internacionais que eles suscitam (direitos humanos, multilateralismo, resolução pacífica de conflitos, uso da força, princípios de não-intervenção e soberania), torna-se necessária uma análise sobre o posicionamento dos BRICS em relação a tal contexto, para se aprofundar a reflexão sobre o grupo frente às questões da política internacional e da agenda multilateral. Para tanto, os principais elementos desenvolvidos nessa análise são os seguintes:

- com vistas à contextualização, a apresentação dos principais fatos relacionados às revoltas árabes e a análise das relações bilaterais dos BRICS com os regimes questionados antes das conflagrações;
- a análise do posicionamento dos BRICS sobre as revoltas árabes nos pronunciamentos conjuntos oficiais, no Conselho de Segurança da ONU, no Conselho de Direitos Humanos da

ONU e no debate geral da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU;

- as conclusões e as reflexões que podem ser extraídas da análise do posicionamento dos BRICS, a fim de verificar se e em que medida ele expressa similitudes na posição desses países e/ou uma articulação do grupo na questão e, além disso, pensar se a reação pelos BRICS às revoltas, neste momento da história do agrupamento, levou a uma maior articulação entre estes países ou uma maior politização das práticas dos BRICS.

1. Introdução¹

Desde o final do ano de 2010, países do Oriente Médio e do norte da África têm enfrentado uma série de revoltas em busca de reformas políticas, sociais e econômicas. O cenário de constantes manifestações populares em países como Tunísia, Egito, Líbia e Síria passou a receber destaque na agenda internacional, preocupando governos e organizações de todo o mundo.

Diante disso, organizações internacionais de direitos humanos, a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana, a Liga Árabe, além de governos de países não-envolvidos nos protestos, passaram a discutir possibilidades de

ação em nome da estabilidade regional, da proteção de civis ou da defesa da democracia. Nesse sentido, a resposta da sociedade internacional tem se valido desde declarações expressando preocupações até intervenções militares. O cenário das revoltas e essa multiplicidade de reações mundiais suscitam temáticas sobre a política internacional, tais como a proteção dos direitos humanos, o multilateralismo, a resolução pacífica de conflitos, as intervenções externas e os princípios de não-intervenção e de soberania.

Sendo assim, torna-se necessária uma reflexão sobre os posicionamentos dos BRICS, analisando a atuação desses países nas instâncias de governança mundial e seus pronunciamentos sobre a questão, no sentido de perceber a existência ou não de uma posição comum entre esses Estados e verificar se houve empreendimento de uma coordenação articulada. Além disso, busca-se analisar se e em que medida esses eventos têm contribuído para a definição de uma agenda de política internacional unificada desse grupo.

Para cumprir com esse propósito, primeiramente, este trabalho contextualiza as revoltas ocorridas desde o final do ano passado apresentando os principais fatos relacionados e analisando o relacionamento dos BRICS com alguns dos regimes questionados antes das conflagrações e certas implicações estratégicas das revoltas para os países do grupo. Em seguida, o texto busca analisar o posicionamento dos BRICS sobre a questão em alguns dos mais importantes níveis das relações internacionais. Ao final, busca-se elaborar reflexões e conclusões

acerca da posição dos BRICS sobre o contexto das revoltas. Pergunta-se em que medida a reação às revoltas expressa uma articulação entre os BRICS ou similitudes nas posições desses países e se, por outro lado, a reação às revoltas neste momento da história dos BRICS impulsionou uma maior articulação entre estes países ou uma maior politização das práticas dos BRICS.

2. Contextualização

2.1. As Revoltas no Oriente Médio e no Norte da África:

Ao longo de 2011, diversos países do Oriente Médio e do Norte da África têm experimentado uma série de manifestações e revoltas contra regimes de governo em busca de reformas políticas, sociais e econômicas. A esses eventos têm sido dadas diversas nomenclaturas, tais como “Primavera Árabe”², “Despertar Árabe”³ ou, simplesmente, “revoltas árabes”.

Fatores de similaridade entre os eventos seriam os mais variados, tais como a luta contra o autoritarismo e contra a corrupção⁴, a revolta contra situações econômicas e sociais (como a pressão sobre o mercado de trabalho e o aumento dos preços dos alimentos) ou os efeitos da tecnologia da informação nos protestos.⁵ Considerando que explorar a exata especificidade desses acontecimentos não é o objetivo desse trabalho, assumem-se, aqui, as revoltas no Oriente Médio e no norte da África como movimentos contra regimes em nome de reformas políticas, sociais e/ou econômicas ocorridas desde o final de 2010, quando as

manifestações públicas começaram a ocorrer na Tunísia.

Nesse país, as revoltas contra o governo foram motivadas após a auto-imolação de um rapaz desempregado. Seguiram-se dias de manifestações da população contra o regime de Zine el Abidin Ben Ali, que se retirou do governo em 14 de janeiro de 2011. Em outubro, o país realizou suas primeiras eleições desde a saída do líder.

No Egito, o governo de Hosni Mubarak enfrentou em janeiro e fevereiro de 2011 grandes protestos na capital do país, que cobravam pelo fim do regime. Apesar das tentativas do governo de impedir tais protestos, bloqueando a internet ou impedindo deslocamentos das pessoas para os lugares de manifestação, o presidente se retirou do governo em 11 de fevereiro, tendo assumido uma junta militar.

Até esse momento, contudo, não se havia percebido grandes ações da comunidade internacional frente aos protestos no mundo árabe. Foi no caso da Líbia que a preocupação internacional se acentuou, onde o governo de Muammar Kaddafi começou a enfrentar resistência da população em fevereiro na cidade de Benghazi, após a prisão de um ativista de direitos humanos. Ao longo do mês, foram relatados prisões e ataques violentos à população civil pelo governo. Com isso, países e diversas instâncias da ONU passaram a demonstrar preocupação. Nesse sentido, o Conselho de Segurança (CS) aprovou, em 26 de fevereiro, a resolução 1970 que condenava as ações repressivas contra os manifestantes e determinava sanções ao governo líbio, tais como o congelamento de bens de pessoas

vinculadas ao regime. Em seguida, em 17 de março, o órgão aprovou uma zona de exclusão aérea na Líbia, autorizando todas as medidas necessárias para proteger os civis. Tal ação se converteu em uma intervenção aérea da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN), encabeçada por França e Estados Unidos (EUA). O cenário na Líbia se converteu em uma guerra civil, tendo ocorrido a deposição do governo de Kaddafi em agosto, com o avanço do grupo rebelde na capital Trípoli. Em outubro, após captura pelos rebeldes em Sirte, Kaddafi é morto.

Na Síria, desde março de 2011, o país enfrenta manifestações contra o regime de Bashar Al Assad com relatos de ações violentas do governo sírio, como ocorreu no caso líbio. Por isso, governos e instâncias internacionais têm buscado abrir investigações sobre violações de direitos humanos e aprovar ações contra o governo de Assad. Apesar de várias negociações, o CS ainda não conseguiu aprovar uma resolução com ações concretas contra o regime do país, diferentemente do que ocorreu na Líbia. Atualmente (novembro de 2011), o governo sírio ainda se mantém no poder e os relatos de violações de direitos humanos, bem com as críticas internacionais, ainda persistem.

Com ressonância internacional recente, no Iêmen, milhares de manifestantes exigiram, desde janeiro de 2011, a renúncia do presidente Ali Abdullah Saleh, que sofreu uma aparente tentativa de assassinato em junho. Em novembro, o presidente assinou um acordo mediado pela Arábia Saudita para a sua saída do poder e para o desenvolvimento de um processo de transição. Nesse

caso, também existiram relatos de repressão violenta pelo governo.

Inúmeros outros países⁶ enfrentaram situações similares com relação às manifestações e/ou às repressões violentas dos regimes, já tendo ocorrido protestos na Argélia, no Barein, no Marrocos, na Arábia Saudita, nos Emirados Árabes, na Jordânia entre outros. Esses, contudo, encontraram pouca ressonância na agenda internacional.⁷

2.2. BRICS e os países em revolta: relações e implicações

Nos últimos anos, houve uma maior aproximação da política externa brasileira com os países cujos regimes são questionados atualmente. Conforme aponta o ministro Celso Amorim, o Brasil buscou, ao longo do mandato de Lula, priorizar as relações bilaterais com países em desenvolvimento, dentre eles, os do Oriente Médio, tendo obtido sucessos no relacionamento econômico e diplomático com países como Síria, Líbano, Emirados Árabes, Argélia, Líbia entre outros. Tratando especificamente da Síria, o ministro destaca a importância do país para o processo de paz da região e enfatiza a possibilidade de o Brasil se engajar como intermediador em diálogos entre os países da área.⁸

No caso da Rússia, o país foi um grande fornecedor de armas para a Líbia⁹ e ainda se mantém como grande vendedor de armamentos para a Síria.¹⁰ Nesse sentido, as revoltas tiveram e continuam a ter para o Kremlin um impacto significativo sobre esse comércio. Entretanto, a relação da Rússia com a Líbia e a Síria não se limita aos aspectos econômicos. Isso porque o regime de Kaddafi apoiava e

o de Assad continua a apoiar o governo russo na questão dos conflitos no norte do Cáucaso, como, por exemplo, no embate entre a Rússia e os separatistas da Chechênia.¹¹ No caso específico da Síria, o país é, ainda, um aliado histórico da Rússia no Oriente Médio desde os tempos da União Soviética.¹² Dessa forma, mudanças de regime na Líbia e na Síria podem ter impactos indiretos sobre a posição da Rússia tanto nos conflitos do norte do Cáucaso quanto no próprio Oriente Médio.

Já a Índia depende do fornecimento de petróleo dos países do Oriente Médio e do Norte da África para a manutenção do seu crescimento econômico e, nos últimos anos, desenvolveu grandes volumes comerciais com eles. Além disso, nos países atingidos pelas revoltas, existe uma grande quantidade de nacionais indianos. Com isso, crises nessa parte do mundo trazem para Índia tanto implicações comerciais quanto preocupações com os seus cidadãos.¹³

No que concerne à China, a política externa envolve um processo de crescente envolvimento com regiões onde a presença do país até dez anos atrás não era significativa. A segurança energética é uma motivação central na constituição da posição chinesa sobre esta questão, uma vez que mais da metade do petróleo consumido pela China e que garante o seu desenvolvimento econômico vem dessa região. Além disso, parte da política externa é guiada pela necessidade de busca por mercado consumidor para os produtos chineses de exportação e por questões de investimento.¹⁴ No caso da Líbia de Kaddafi, por exemplo, o

governo chinês se envolvia em projetos que somavam mais de 18 bilhões de dólares quando as revoltas começaram no país este ano e as empresas petrolíferas chinesas vinham ganhando cada vez mais espaço.¹⁵ No caso da Síria, além da atuação chinesa na compra de petróleo e na realização de investimentos de infraestrutura, a relação bilateral conta, ainda, com vendas de armamentos e está relacionada com uma busca da China por projeção de influência regional.¹⁶ Turbulências nessa região do mundo trazem, com isso, para o governo chinês, grandes, diversas e complexas implicações.

No caso da África do Sul, é interessante considerar a relação do país especificamente com o regime de Kaddafi, com o qual o país tinha um relacionamento bilateral muito forte, decorrente de um grande apoio do partido dominante na África do Sul, que enxergou, durante muito tempo, na figura do líder líbio, um defensor do fim do regime do *apartheid* sul-africano.¹⁷ Durante o período do regime de segregação sul-africano, a Líbia de Kaddafi contribuiu com dinheiro para o Congresso Nacional Africano, grupo político que lutou contra o regime de discriminação racial e que é o partido do presidente sul-africano atual, Jacob Zuma. O coronel Kaddafi teria sido, ainda, um dos grandes financiadores na campanha do próprio Zuma à presidência da África do Sul. Além desse apoio, o ditador líbio e Nelson Mandela, importante líder sul-africano, possuíam uma grande afinidade pessoal.¹⁸

3. O posicionamento dos BRICS sobre as Revoltas Árabes

3.1. Pronunciamentos Conjuntos: a Declaração de Sanya e o Comunicado dos Vice-chanceleres Sobre a Situação no Oriente Médio e no Norte da África

A declaração conjunta do grupo BRICS emitida em decorrência da realização da III Cúpula de chefes de Estados desses países ocorrida em abril de 2011, na China, expõe, de forma clara, o posicionamento conjunto da articulação como um todo, podendo ser possível elencar os princípios e a postura internacional defendidos pelos países.

Ocorrida em meio às revoltas no Oriente Médio e no norte da África e apenas um mês após a aprovação da resolução 1973 do CS que autorizou o uso da força na Líbia, a Declaração de Sanya traz referências explícitas aos acontecimentos.

No parágrafo em que afirmam a busca por posturas conjuntas em questões sobre a paz e a segurança internacional, o grupo expressa preocupação com o que classificam como “turbulências no Oriente Médio, no Norte e no Oeste da África” e deseja que “os países afetados alcancem paz, estabilidade, prosperidade e progresso e que recuperem sua posição e sua dignidade no mundo de acordo com as legítimas aspirações de seus povos”. No mesmo item, afirmam que “o uso da força deve ser evitado” e que “a independência, a soberania, a

unidade e a integridade territorial” dos países devem ser respeitadas.¹⁹

Tratando especificamente do caso da Líbia, os BRICS expressam o desejo de continuar a cooperação entre si sobre a questão no CS, além de reafirmarem a busca de meios pacíficos para a resolução de divergências. Por fim, enfatizam a importância do diálogo das partes envolvidas com a ONU e outras organizações internacionais “competentes”.²⁰

Fica claro, assim, que os BRICS compartilham a defesa do princípio da não-intervenção para se lidar com as crises no mundo árabe, e a busca por soluções majoritariamente pacíficas para essas instabilidades. Tais posições podem ser pensadas como uma forma de crítica à intervenção da OTAN na Líbia, desencadeada pela resolução 1973 do CS, na qual Brasil, Rússia, Índia e China se abstiveram, apesar da aprovação sul-africana.²¹ Além disso, em Sanya, os BRICS reconheceram a legitimidade dos anseios das populações dos países em crise e defenderam o multilateralismo como meio adequado para a resolução da crise líbia.

Em novembro de 2011, os vice-chanceleres dos BRICS se reuniram em Moscou para discutir a “situação no Oriente Médio e no Norte da África”, tendo sido emitido um comunicado abrangente, que englobava tanto o contexto recente das “revoltas árabes” quanto questões pré-existentes a elas, como o conflito árabe-israelense e a nuclearização iraniana. Sobre as revoltas, os BRICS reafirmaram o seu reconhecimento à legitimidade das aspirações populares por maiores direitos políticos e sociais. Sobre a condução internacional

dessas crises, o agrupamento reforçou a necessidade de meios pacíficos de resolução e de proteção dos direitos humanos, rejeitou, uma vez mais, o uso da força pelas partes envolvidas e julgou como “inadmissíveis” as soluções internacionais que se valessem de intervenções externas, defendendo um “diálogo nacional com o devido respeito à independência, à integridade territorial e à soberania dos países da região”. No comunicado, os países ainda enfatizaram o papel do Conselho de Segurança como órgão responsável para lidar com a questão e demonstraram apoio a outras instâncias multilaterais como a Liga Árabe e a União Africana.

Tratando especificamente da Líbia, os BRICS expressaram apoio à reconstrução do país, além de terem destacado a importância da ONU no período pós-conflito, defendendo, com isso, a necessidade do estabelecimento de uma missão de paz no país africano. Com relação à Síria, o comunicado dos BRICS reafirmou a rejeição às intervenções externas e defendeu as negociações pacíficas entre todas as partes como o “único meio aceitável” para se lidar com a questão. Além desses dois casos, os BRICS elogiaram a condução da crise do Iêmen, apoiando, assim, o acordo de transição de poder e defendendo o caso iemenita como um exemplo a ser seguido na condução das crises nos países árabes.²²

3.2. Os BRICS no Conselho de Segurança da ONU

Tendo sido avaliada a posição conjunta dos BRICS na questão, é

necessário verificar o posicionamento desses países nos organismos da ONU, principalmente no CS, órgão da governança global com maior poder nas questões de paz e segurança internacionais.

No caso da Líbia, primeiro a obter destaque do Conselho, todos os países BRICS demonstraram preocupação e expressaram o desejo pela resolução rápida dos conflitos por conta das perdas de vidas civis, tendo sido esse o posicionamento que orientou a votação desses países sobre a resolução 1970, em que todos eles votaram a favor das sanções ao governo líbio, como o embargo de armas.²³

Contudo, foi na resolução 1973 que a posição de grande parte dos BRICS mostrou-se em certa dissonância à de potências como França e EUA, uma vez que Brasil, Rússia, Índia e China se abstiveram na votação que aprovou a implementação das medidas para o estabelecimento e a manutenção de uma zona de exclusão aérea. Na ocasião, o Brasil justificou seu voto, afirmando que as medidas da resolução excediam o pedido de organizações regionais pelo fim da violência e defendendo um processo político em vez de uma intervenção na Líbia, por considerar que tal ação poderia aumentar as tensões existentes. A Rússia, tendo já expresso na reunião sobre a resolução 1970 a necessidade de defesa da soberania e da integridade territorial líbias, justificou a sua abstenção, argumentando que as informações sobre a implementação das medidas da resolução ainda não eram claras e que uma intervenção poderia desestabilizar a região. Justificativa similar foi a da Índia, que

se absteve, argumentando a mesma preocupação russa com relação às poucas informações sobre a implementação das ações e às consequências negativas de uma ação militar. A China, por sua vez, defendeu os meios pacíficos, em conformidade com os princípios da Carta da ONU, como forma de resolução a ser esgotada antes do uso da força no caso da Líbia. O representante chinês, Li Baodong, destacou, ainda, que seu país não havia vetado a resolução, por considerar a importância do pedido da Liga Árabe e da União Africana. Diferentemente dos BRIC, a África do Sul votou a favor da resolução 1973, tendo justificado tal posição baseada na sua preocupação com o caso líbio e na busca por uma solução para ele. Contudo, ainda nessa reunião de votação, o país já destacava a necessidade de preservação da integridade (territorial) Líbia.²⁴

Nos encontros subsequentes, os BRICS representaram uma voz de crítica à intervenção da OTAN à Líbia. Nesse sentido, Brasil, Índia e África do Sul expressaram suas crescentes preocupações com as consequências negativas dos bombardeios da OTAN e Rússia e China, em crítica mais enfática, pediram pelo cumprimento dos exatos termos da resolução 1973.²⁵

Com relação à Síria, o posicionamento dos BRICS teve ainda mais destaque, em grande parte, pelos vetos de Rússia e China ao projeto europeu de resolução em outubro de 2011, mas também pelo fato de todos os demais BRICS, inclusive a África do Sul, terem se absterido na mesma votação.

Antes mesmo dessa votação, Rússia e China já se mostravam

contrárias a uma resolução que abrisse espaço para uma intervenção na Síria como ocorrera no caso líbio, como expressa declaração do presidente russo sobre veto russo a qualquer resolução contrária à Síria no CS.²⁶ Não só Rússia e China, mas todo o grupo BRICS era contrário a uma intervenção militar no país árabe, conforme declarou, em setembro, o ministro de Negócios Estrangeiros da Rússia, Sergey Lavrov, em conferência de imprensa com ministro do Exterior brasileiro, Antonio Patriota. Na ocasião, o russo afirmou que os BRICS defendiam a manutenção da integridade da Síria e que o grupo era contra a repetição do cenário líbio no país do Oriente Médio.²⁷

Além de boicote, em agosto, à reunião do CS por Rússia e China,²⁸ ocorreram, ainda, negociações paralelas pelos BRICS com o governo de Bashar Al Assad em busca de saídas alternativas que conciliassem a proteção dos direitos humanos e a reforma política, como foi o caso da reunião de representantes do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e da Turquia com os do governo sírio em agosto.²⁹

Contudo, foi na reunião de 04 de outubro que o posicionamento dos BRICS se converteu em ações, quando Rússia e China vetaram o projeto europeu de resolução contra a Síria, acompanhadas das abstenções de Brasil, Índia e África do Sul. A fim de justificarem seus votos, os representantes de Rússia, Índia, China e África do Sul criticaram diversos pontos do projeto europeu. Nesse sentido, os representantes desses quatro países defenderam a resolução pacífica de conflitos, criticando, assim, a possibilidade de implementação de sanções futuras,

contida no projeto europeu, e ausência de uma posição de inadmissibilidade de intervenções externas. Rússia e Índia ainda se opuseram ao conteúdo parcial do projeto europeu, que, segundo os seus representantes, condenava apenas o governo sírio, sem criticar o uso da violência de outras partes no conflito. Além disso, a Rússia, a China e a África do Sul reforçaram nos discursos de seus representantes a defesa da soberania e da integridade territorial da Síria.³⁰ Na mesma votação, o Brasil, apesar de também ter se absterido, elaborou uma justificativa que não era direcionada ao conteúdo da proposta europeia, mas ao processo de negociação. Maria Luíza Viotti, representante brasileira, apenas lamentou que não tenha havido um processo de negociação mais longo, que desse conta de resolver as diferenças entre os membros do CS e de formular uma resposta uníssona do órgão.³¹ Segundo a Agência Estado, a abstenção brasileira foi um pedido da presidente do Brasil, que, contrariando o Itamaraty, buscou manter uma voz comum dos países BRICS na questão da Síria.³²

Com relação ao Iêmen, o CS condenou, em 21 de outubro, as violações de direitos humanos pelas autoridades do país, aprovando resolução em que todos os BRICS votaram a favor.³³

3.3 Os BRICS no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Os BRICS também se manifestaram sobre as revoltas árabes no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU, sendo possível verificar, nessa

instância, como o grupo percebe, no contexto estudado, a questão dos direitos humanos em relação com outras temáticas. Para fins de análise, a posição dos BRICS é investigada nas sessões especiais que foram formadas por conta das denúncias de violação de direitos humanos nos casos da Líbia e da Síria e no debate do Conselho sobre o caso do Iêmen. Sobre outros casos das revoltas árabes, apesar de o CDH ter adotado medidas como a criação de comissões de investigação e monitoramento, não foi possível perceber debates específicos entre os países sobre a questão no Conselho.

No final de fevereiro de 2011, o CDH convocou a sua 15ª Sessão Especial para discutir o caso da Líbia. No caso brasileiro, é possível perceber uma postura de preocupação com relação a dois pontos principais: a proteção de civis desarmados e a de cidadãos estrangeiros. Com base nisso e enfatizando a postura do Brasil de não-tolerância a qualquer violação dos direitos humanos no mundo, a representação brasileira no CDH conferiu apoio do país à resolução do órgão que cobrava ações do governo líbio para o fim da violência. Em sua intervenção, a Rússia, enfatizou o rechaço do governo do país ao uso da força para a resolução dos problemas sociais e para lidar com protestos pacíficos, mas destacou, ao mesmo tempo, a importância de se manter a soberania líbia. Também a Índia destacou a preocupação com os cidadãos estrangeiros, além de defender a necessidade de proteção da integridade territorial do país. A China, assim como o Brasil e Índia, destacou preocupação com a proteção dos cidadãos estrangeiros e, tangenciando a postura russa, afirmou

que a questão da Líbia deveria ser pensada como um processo político nacional. A África do Sul defendeu, por sua vez, a articulação do CDH com a União Africana, o que revela uma postura do país em defesa do multilateralismo internacional para lidar com a questão dos direitos humanos na Líbia.³⁴

Em março, a questão da Líbia no CDH tem outro capítulo: a suspensão do país do órgão aprovada pela Assembleia Geral da ONU. Sobre esse fato, Rússia e China mostram-se um tanto reticentes, demonstrando, em discursos, preocupação com que o fato se tornasse um precedente no CDH.³⁵

No caso da Síria, três sessões especiais foram realizadas: uma em abril, a outra em agosto e a última em dezembro de 2011. Aqui, foca-se na ocorrida em agosto, pois ela revela de forma mais clara a posição dos BRICS sobre o caso sírio no CDH. Nessa ocasião, Rússia e China votaram contra a resolução que decidia pelo envio de uma comissão de investigação de violação dos direitos humanos à Síria e, nela, a Índia se absteve.

Durante a sessão, representantes de Rússia e China criticaram o tom de acusação a somente um dos lados dos conflitos na Síria e defenderam moderação no uso da violência e diálogo por parte de todos os envolvidos. Justificando seus votos, a Rússia afirmou que a resolução era muito politizada e direcionada para a remoção de um governo legítimo, enquanto a China, como no caso líbio, destacou a importância de preservação da soberania, algo que, segundo a representação chinesa, não estaria contemplada pelo documento

aprovado. Mesmo tendo apenas se absterido na votação, a Índia pediu para que todos os lados no conflito abrissem mão do uso da violência; criticou, ainda, assim como a Rússia, a politização dos assuntos no CDH e pediu que o órgão lidasse somente com a questão dos direitos humanos. Sobre a resolução, a representação indiana afirmou que o país era contra resoluções direcionadas a países específicos. Além disso, esses dois países enfatizaram a necessidade de se pensar de forma adequada o contexto da Síria, por conta da importância do país na estabilização regional. O Brasil, no debate da sessão, embora tenha concordado com Rússia, Índia e China sobre um diálogo engajado entre todas as partes do conflito sírio, adotou uma postura mais crítica ao governo sírio do que seus parceiros do BRICS, criticando o regime de Bashar Al Assad pelas dificuldades encontradas pela missão da ONU no país.³⁶

No caso do Iêmen, o Conselho de Direitos Humanos realizou um debate em setembro de 2011, em que é possível perceber tanto posições já expressas por alguns dos BRICS como novos posicionamentos. A Rússia defendeu, como no caso da Síria, que todas as partes envolvidas no conflito mostrassem moderação e que participassem do processo de diálogo para reforma política. A China, por sua vez, repetiu a necessidade de defesa da soberania nacional do país, assim como fizera nas discussões sobre a Líbia e a Síria. Em comum, Rússia, Índia e China enfatizaram a necessidade em reconhecer os esforços do governo iemenita em possibilitar tal processo de reforma conjunto e o diálogo com a comunidade internacional.³⁷

3.4. Os BRICS no debate geral da Assembleia Geral da ONU

Os discursos de importantes líderes políticos dos BRICS no debate geral da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU (AG), realizada em setembro 2011, representam, por sua vez, uma importante oportunidade para acessar as opiniões dos países sobre as principais agendas da política internacional, como as revoltas árabes.

Em seu discurso de abertura, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, considerou as revoltas ocorridas desde o final de 2010 no Oriente Médio e no Norte da África como a “Primavera Árabe” e enfatizou o apoio brasileiro à busca desses movimentos pela “liberdade”, reconhecida pela líder como um valor universal. Sobre a condução internacional do caso, Dilma defendeu o engajamento multilateral da ONU como forma eficaz do exercício da diplomacia para a prevenção de conflitos. Contudo, em referência implícita à intervenção da OTAN em curso à época na Líbia, a presidente criticou o uso da força, destacando suas consequências agravantes para o conflito. Nesse sentido, defendeu que a força deve ser o último recurso para a condução das crises e destacou a necessidade de se pensar na “responsabilidade ao proteger”.³⁸

O ministro do Exterior da Rússia, Sergey Lavrov, assim como a presidente Dilma, criticou implicitamente o uso da força militar pela OTAN na Líbia, afirmando que “as tentativas de se ir além do mandato do Conselho de Segurança são inaceitáveis” e pedindo pelo fim

da zona de exclusão sobre a Líbia. No caso da Síria, o ministro defendeu ser necessário levar em consideração as ações reformistas do governo sírio e julgou como “inadmissíveis” propostas de boicote ao diálogo nacional pela comunidade internacional. Contudo, por mais que se percebam tais críticas à condução internacional das revoltas árabes, é possível perceber um apoio russo ao multilateralismo baseado no direito internacional como meio adequado para se lidar com tais crises e não um rechaço completo à governança internacional para lidar com a questão.³⁹

Em consonância com o posicionamento de Brasil e Rússia, o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, reafirmou que as ações internacionais para se lidar com as crises de segurança devem respeitar “a unidade, a integridade territorial, a soberania e a independência dos Estados individuais”. Como o representante russo, o indiano defendeu o multilateralismo internacional como meio adequado para enfrentar tais crises.⁴⁰

Também a China defendeu o princípio da não-interferência e, como no CDH, enfatizou a necessidade de um diálogo político que envolvesse todas as partes dos países atingidos pelas revoltas. Sobre a Líbia, o ministro de Relações Exteriores chinês, Yang Jiechi, reconheceu a importância da ONU como instância adequada para lidar com o processo de reconstrução do país, apoiando, assim, o estabelecimento de uma missão de paz em território líbio. Tratando sobre a Síria, o chanceler chinês expressou a preocupação da China com a questão e pediu, mais uma vez, que a comunidade internacional respeite “a soberania, a

independência e a integridade territoriais” sírias.⁴¹

Adotando uma posição similar aos demais BRICS, o presidente sul-africano, Jacob Zuma, lamentou a ineficácia da articulação entre a ONU e a União Africana e a escolha pela opção militar em vez dos meios pacíficos para se lidar com a questão da Líbia.⁴²

4. Reflexões e Conclusões

4.1. Pontos em comum

É possível afirmar que há um posicionamento conjunto dos países BRICS com relação às revoltas ocorridas no Oriente Médio e do Norte da África, uma vez que existem, não só pronunciamentos conjuntos deles que tratam sobre a questão, mas também várias aproximações entre as posições expressas nas organizações internacionais por esses países individualmente. Levando isso em consideração, podem ser elencados os seguintes posicionamentos e princípios comuns dos BRICS sobre as revoltas árabes.

1 – Relevância das revoltas árabes:

Percebe-se que os BRICS enxergaram a importância desses eventos para os países diretamente envolvidos e para a política internacional como um todo. Nesse sentido, os BRICS reconheceram e defenderam a legitimidade dos anseios populares por reforma nos países árabes, bem como a necessidade de se estar atento a esses acontecimentos por conta de seu aspecto de mudança em uma região caracterizada historicamente pela sua instabilidade e cuja dinâmica

apresenta relevantes impactos para a política internacional.

2 – Multilateralismo:

Aliada ao reconhecimento da importância das revoltas árabes, os BRICS enxergaram a necessidade de engajamento de instâncias da sociedade internacional em eventos das revoltas árabes, que se converteram em graves crises políticas, sociais e humanitárias, como foram os casos de Líbia, Síria e Iêmen. Nesse sentido, consideraram a importância do CS como órgão com poder e autoridade para refletir e lidar com a questão, além de terem reconhecido como legítima e necessária a participação de vários organismos multilaterais, tais como a Liga Árabe e a União Africana, além da ONU.

3 – Direitos Humanos:

Para os BRICS, uma das grandes preocupações com as quais a comunidade internacional deveria lidar, no contexto das revoltas árabes, é a questão dos direitos humanos. Em quase todos os pronunciamentos, tanto no CS quanto no CDH, os BRICS demonstraram preocupação com as condições de vida de nacionais e estrangeiros envolvidos nos conflitos tratados, tendo sido essa preocupação um ponto crucial tanto no apoio quanto na crítica do agrupamento à maneira pela qual a sociedade internacional tratou das revoltas árabes.

4 – Soluções Pacíficas e Crítica ao Uso da Força:

Em se tratando da condução dos eventos pelas instâncias internacionais, os BRICS deixaram clara a sua preferência pelas soluções

pacíficas das controvérsias, que, segundo eles, deveriam ser tentadas à exaustão antes que ações com uso da força fossem implementadas. No caso específico da Líbia, é perceptível, com isso, que os BRICS foram críticos intensos da intervenção da OTAN, tendo enfatizado as consequências negativas de tal ação para a situação no país. Como alternativa ao uso da força, foi possível perceber, assim, uma busca constante dos BRICS por um processo de reforma política que incluísse todas as partes envolvidas nos conflitos.

5 – Imparcialidade na condução internacional:

Em conformidade com a defesa de um processo de reforma política inclusivo, é perceptível no posicionamento dos BRICS uma crítica às posturas da governança mundial que privilegiavam apenas um dos lados do conflito, tendo os BRICS cobrado, em inúmeros momentos, que todas as partes envolvidas abrissem mão do uso da violência e defendido que, da mesma forma, todas elas estivessem sujeitas às investigações sobre violações dos direitos humanos.

6 – Defesa de princípios tradicionais:

Em consonância com a crítica ao uso da força, os BRICS mostraram-se, durante as crises dos países árabes, como defensores de princípios tradicionais das relações internacionais, como a defesa da soberania, da não-intervenção, da integridade territorial e da independência, tendo sido esses os pontos principais e basilares para o posicionamento dos BRICS sobre a questão.

4.2. Coordenação entre os BRICS e Consolidação Política

Além dos pontos em comum, é possível perceber que os BRICS começaram a evidenciar certa coordenação, à medida que as crises nos países árabes foram ganhando maior destaque na agenda internacional. Se compararmos o posicionamento dos BRICS nos casos da Líbia e da Síria, podemos perceber que, enquanto, no primeiro, as aproximações de posições entre eles são menos evidentes, no segundo, existe uma busca cada vez mais forte em nome de uma totalidade “BRICS”.

Se, em um primeiro momento, a África do Sul chegou até mesmo a apoiar uma resolução em que os demais BRICS se abstiveram, em um segundo, os BRICS, ainda em abril, buscam apresentar um posicionamento único e uníssono do grupo sobre os acontecimentos recentes, além de elegerem a busca de coordenação no CS como um objetivo conjunto. Em um momento posterior, o ministro do Exterior da Rússia enfatizou, juntamente com a contraparte brasileira, um posicionamento coordenado e veemente dos BRICS enquanto grupo sobre a questão da Síria, afirmando que, se dependesse do agrupamento, o país não se tornaria uma nova Líbia. Além disso, no caso sírio, outro importante episódio é o pedido da presidente do Brasil pela abstenção do país na votação do projeto europeu em nome de uma voz uníssona dos países BRICS, mesmo que isso tenha representado ter ido contra a sua chancelaria, o que é incomum na história da política externa brasileira.

Nos três casos, percebe-se uma necessidade crescente de se expressar e de construir uma unidade de opiniões entre esse grupo de países diante de importantes eventos internacionais, sendo perceptível um processo de busca por coordenação política cada vez mais evidente e constante entre os seus líderes, cuja concretização pode ser vista, em certa medida, no Comunicado dos Vice-chanceleres dos BRICS emitido em novembro de 2011.

Diante da constatação dos pontos em comum e do processo de construção de coordenação entre os BRICS, podemos pensar que uma relevante implicação das revoltas árabes para esse agrupamento reside na institucionalização de uma agenda de política internacional para o grupo como um todo.

Tal momento de crise internacional, pelas constatações elencadas, em que foi percebida a necessidade de expressão e de construção da unidade BRICS, pode estar sendo um ponto de inflexão na maneira como o grupo se vê e como é visto, uma vez que aquilo que existe em comum e é construído de forma conjunta em termos políticos começa a emergir de forma mais acentuada e passa a impactar sobre o processo de institucionalização do grupo e sobre a forma como o agrupamento se coloca e é encarado nas negociações internacionais.

Cada vez mais, parece ser necessário, para o mundo, pensar sobre a unidade não somente econômica, mas também política dos BRICS, bem como de seus posicionamentos conjuntos sobre a política internacional, para se avaliar a tomada de decisões e se

compreenderem os rumos da governança mundial contemporânea.

NOTAS:

¹ Este texto foi finalizado no dia 05 de dezembro de 2011.

² MOISI, Dominique. An Arab Spring? **Project Syndicate**, 26 jan 2011. Disponível em: <<http://www.project-syndicate.org/commentary/moisi62/English>>. Acesso em: 29 out 2011.

³ FAKHO, Elham; HOKAYEM, Emile. Waking the Arabs. **Survival**, v. 53, n.2, p. 21-30, 2011.

⁴ MOISI, Dominique. Op. cit.

⁵ SHAREKH, Alanoud Al. Reform and Rebirth in the Middle East. **Survival**, v. 53, n.2, p. 51-60, 2011.

⁶ Entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, também ocorreram protestos na Palestina. Além disso, em setembro de 2011, no debate geral da 66a Sessão da Assembleia Geral da ONU, o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas pediu pela adesão da Palestina à ONU, afirmando ter chegado a hora da “Primavera Palestina”, o que pode ser visto como uma tentativa de vincular esse pleito ao contexto recente e amplo das revoltas árabes, aproveitando seu destaque na agenda internacional. Contudo, tanto as manifestações ocorridas na Palestina quanto o pleito na ONU tratavam da questão histórica das tensões entre Israel e Palestina, o que não vincularia esses eventos à lógica das crises recentes no Oriente Médio e no Norte da África. Por conta das duas possibilidades em se categorizar a conjuntura recente dos movimentos palestinos, o posicionamento dos BRICS sobre essa questão não será considerado na análise.

⁷ BLIGHT, Garry; PULHAM, Sheila; TORPEY, Paul. Arab Spring: an interactive timeline of Middle East protests. **The Guardian**, 29 nov 2011. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest->

[interactive-timeline](#)>. Acesso em: 30 nov 2011.

⁸ AMORIM, Celso. Brazil and the Middle East. **The Cairo Review of Global Affairs**, s.d. Disponível em: <<http://www.aucegypt.edu/gapp/cairoreview/pages/articleDetails.aspx?aid=64>>. Acesso em: 29 out 2011.

⁹ BBC NEWS. Russia announces Libya arms deal worth \$1.8 bn. **BBC News**, 30 jan 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8489167.stm>>. Acesso em: 29 out 2011.

¹⁰ FRIEDMAN, Uri. Why is Russia keeping the UN from condemning Syria? **The Atlantic – Wire**, 11 maio 2011. Disponível em: <<http://www.theatlanticwire.com/global/2011/05/why-russia-keeping-un-condemning-syria/37615/>>. Acesso em: 29 out 2011.

¹¹ ZIKIBAYEVA, Aigerim . What does the Arab Spring Mean for Russia, Central Asia, and the Caucasus? **Centre for Strategic & International Studies**, set 2011. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/110912_Zikibayeva_ArabSpring_Web.pdf>. Acesso em: 29 out 2011.

¹² FRIEDMAN, Uri. Op. Cit.

¹³ PRADHAN, Prasanta Kumar. Protests in the Arab World: Implications for the Region and India. **Institute for Defence Studies & Analyses**, 31 mar 2011. Disponível em: <http://www.idsa.in/system/files/IB_ProtestsinArabWorld.pdf>. Acesso em: 29 out 2011.

¹⁴ ZAMBELIS, Chris. The Geopolitics of Sino-syrian Relations. **China Brief**, v.8, n.20, 24 out 2008. Disponível em: <http://www.jamestown.org/single/?no_cache=1&tx_ttnews%5Btt_news%5D=5231>. Acesso em: 29 out 2011.

¹⁵ THE ECONOMIST. China's Evolving Foreign Policy – The Libyan Dilemma. **The Economist**, 10 set 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21528664>>. Acesso em: 29 out 2011.

LIU, Melinda. China's Lybia Connection. **The Daily Beast**, 21 jun 2011. Disponível em:

<<http://www.thedailybeast.com/articles/2011/06/21/china-s-libya-connection.html>>.

Acesso em: 29 out 2011.

¹⁶ ZAMBELIS, Chris. Op. Cit.

¹⁷ KIRCHIK, James. South Africa stands with Qaddafi. **The Atlantic**, 06 set 2011. Disponível em:

<<http://www.theatlantic.com/international/archive/2011/09/south-africa-stands-with-qaddafi/244584/>>. Acesso em: 29 out 2011.

¹⁸ THE ECONOMIST. Huff and puff. **The Economist**, 03 set 2011. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/21528309>>. Acesso em: 19 nov 2011.

¹⁹ DECLARAÇÃO DE SANYA (2011). Declaração emitida por ocasião da III Cúpula dos Países BRICS. **Ministério de Relações Exteriores – Site**, 2011. Disponível em:

<www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-iii-cupula-do-brics-declaracao-de-sanya/?searchterm=declara%C3%A7%C3%A3o%20de%20sanya>. Acesso em: 29 out 2011.

²⁰ Ibid.

²¹ A votação dos BRICS no Conselho de Segurança é tratada com mais detalhes no tópico seguinte.

²² COMUNICADO CONJUNTO POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE VICE-MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRICS SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO E NO NORTE DA ÁFRICA (2011). Declaração emitida por ocasião da reunião de vice-chanceleres dos BRICS em 24 de novembro de 2011. **Ministério de Relações Exteriores do Brasil – Site**, 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasio-da-reuniao-de-vice-ministros-de-relacoes-exteriores-do-brics-sobre-a-situacao-no-orient-medio-e-no-norte-da-africa-2013-moscou-24-de>>.

novembro-de-2011>. Acesso em: 28 nov 2011.

²³ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. In Swift, Decisive Action, Security Council Imposes Tough Measures on Libyan Regime, Adopting Resolution 1970 in Wake of Crackdown on Protesters. **Security Council**, 26 fev 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10187.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁴ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Security Council Approves 'No-Fly Zone' over Libya, Authorizing 'All Necessary Measures' to Protect Civilians, by Vote of 10 in Favour with 5 Abstentions. **Security Council**, 17 mar 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁵ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Chief Prosecutor of International Criminal Court Tells Security Council He Will Seek Arrest Warrants Soon against Three Individuals in First Libya Case. **Security Council**, 04 maio 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10241.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Under-Secretary-General for Political Affairs, Briefing Security Council on Libya Situation, Says Negotiation Process Must Have Time 'to Grow and Bear Fruit'. **Security Council**, 27 jun 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10297.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Security Council Creates United Nations Support Mission in Libya, Adopting Resolution 2009 (2011). **Security Council**, 16 set 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10389.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁶ FRANCE PRESS. Presidente russo diz que vetará resolução da ONU sobre a

Síria. **Folha de São Paulo**, 19 jun 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/932229-presidente-russo-diz-que-vetara-resolucao-da-onu-sobre-a-siria.shtml>>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁷ AFP. BRICS são contra repetir na Síria o que ocorreu na Líbia. **Google Notícias**, 04 set 2011. Disponível em: <<http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5gcA1te5w1r8xzHY492ob-hluNg7w?docId=CNG.7dc4ebf6be3205278acd22014806c806.201>>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁸ AFP. Rússia apresenta à ONU projeto que não prevê sanções à Síria. **Google Notícias**, 26 ago 2011. Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5hlmHJM_Yi3wsWkQ2RK7KPhpvqWWA?docId=CNG.9fe0221008727577314d9c8827393eae.d1>. Acesso em: 02 nov 2011.

²⁹ AGÊNCIA BRASIL. Brasil, Índia, África do Sul e Turquia tentam acordo para encerrar impasse na Síria. **Ministério de Relações Exteriores do Brasil**, 10 ago 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/agencia-brasil/2011/08/10/brasil-india-africa-do-sul-e-turquia-tentam-acordo>>. Acesso em: 02 nov 2011.

³⁰ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Security Council Fails to Adopt Draft Resolution Condemning Syria's Crackdown on Anti-Government Protestors, Owing to Veto by Russian Federation, China. **Security Council**, 04 out 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs//2011/sc10403.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION. Statement in Explanation of Vote by Vitaly Churkin, Permanent Representative of the Russian Federation to the UN, on the Draft Resolution on the Situation in Syria, New York, October 4, 2011. **Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation**, 05 out 2011. Disponível em: <[http://www.mid.ru/bdomp/brp_4.nsf/e78a](http://www.mid.ru/bdomp/brp_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcbb3/9fd3c42bc7cfdddac3257920004214bd!OpenDocument)

48070f128a7b43256999005bcbb3/9fd3c42bc7cfdddac3257920004214bd!OpenDocument>. Acesso em: 02 nov 2011.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS OF INDIA. Explanation of Vote delivered by Amb Hardeep Puri on draft Resolution on Syria at UNSC on 4 October 2011. **Ministry of External Affairs of India**, 04 out 2011. Disponível em: <<http://www.mea.gov.in/mystart.php?id=290018347>>. Acesso em: 02 nov 2011.

³¹ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Op. cit.

³² AGÊNCIA ESTADO. Dilma irrita Itamaraty com abstenção na ONU. **O Estado de São Paulo**, 04 out 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,dilma-irrita-itamaraty-com-abstencao-na-onu,781254,0.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

³³ UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. Security Council Condemns Human Rights Violations by Yemeni Authorities, Abuses by 'Other Actors', after Months of Political Strife. **Security Council**, 21 out 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs//2011/sc10418.doc.htm>>. Acesso em: 02 nov 2011.

³⁴ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Human Rights Council debates situation of human rights in Lybia. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 25 fev 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=10766&LangID=E>>. Acesso em: 31 out 2011.;

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Human Rights Council passes resolution on Lybia in Special Session. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 25 fev 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=10768&LangID=E>>. Acesso em: 31 out 2011.

³⁵ UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. General Assembly Suspends Lybia from Human Rights Council. **United**

Nations General Assembly, 01 mar 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs//2011/ga11050.doc.htm>>. Acesso em: 31 out 2011.

³⁶ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Human Rights Council debates situation of human rights in Syrian Arab Republic in Special Session. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 22 ago 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11324&LangID=E>>. Acesso em: 31 out 2011.

OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Human Rights Council debates situation of human rights in Syrian Arab Republic in Special Session. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 22 ago 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11324&LangID=E>>. Acesso em: 31 out 2011.

³⁷ OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. Human Rights Council Holds Interactive Dialogue on Yemen. **Office of the High Commissioner for Human Rights**, 19 out 2011. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=11392&LangID=E>>. Acesso em: 31 out 2011.

³⁸ A expressão “responsabilidade ao proteger” deve ser pensada em relação a outro conceito das relações internacionais, o da “responsabilidade de proteger”. Surgido no relatório “Um mundo mais seguro: responsabilidade de todos” do Painel de Alto Nível da ONU sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, este conceito defende a idéia de que a sociedade internacional deve assumir a responsabilidade de proteger os direitos humanos de cidadãos cujos Estados não sejam capazes ou não estejam dispostos a fazê-lo. Essa noção foi aprovada pela Assembleia Geral em 2005 e teria sido ela a justificativa para muitas intervenções humanitárias ocorridas, inclusive aquelas que envolveram o uso da força (Vide: NYE JR., Joseph F. Uma Nova Ordem Mundial? In: __. *Cooperação e Conflito*

nas Relações Internacionais. São Paulo: Editora Gente, 2009, p. 307-341). Nesse sentido, o conceito lançado por Dilma na Assembleia Geral deve ser pensado como um convite à reflexão sobre a forma da condução das ações que se baseiam na “responsabilidade de proteger”, a fim de evitar danos maiores aos direitos humanos daqueles que se busca proteger. O discurso da presidente por ser lido na íntegra no sítio eletrônico da ONU: DISCURSO DE S.E. A SENHORA DILMA ROUSSEFF, PRESIDENTA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, NA ABERTURA DO DEBATE GERAL DA 66ª SESSÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS (2011). Discurso da Presidente brasileira na abertura da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU. **General Assembly**, 21 set 2011. Disponível em: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/BR_pt.pdf>. Acesso em: 31 out 2011.

³⁹ STATEMENT BY H.E. MR. SERGEY LAVROV, MINISTER OF FOREIGN AFFAIRS OF THE RUSSIAN FEDERATION, AT THE 66th SESSION OF THE UN GENERAL ASSEMBLY. Discurso do Ministro de Relações Exteriores da Rússia no debate geral da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU. **General Assembly**, 27 set 2011. Disponível em: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/RU_en_0.pdf>. Acesso em: 31 out 2011.

⁴⁰ STATEMENT BY H.E. DR. MANMOHAN SINGH, PRIME MINISTER OF INDIA, AT THE GENERAL DEBATE OF THE 66th SESSION OF THE UM GENERAL ASSEMBLY. **General Assembly**, 24 set 2011. Disponível em: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/IN_en.pdf>. Acesso em: 31 out 2011.

⁴¹ STATEMENT BY H.E. YANG JIECHI, MINISTER OF FOREIGN AFFAIRS OF PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA AT THE GENERAL DEBATE OF THE 66th SESSION OF THE UM GENERAL ASSEMBLY. Discurso do Ministro de Relações Exteriores da China no debate da 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU. **General Assembly**, 26 set 2011. Disponível em:

<http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/CN_en.pdf>. Acesso em: 31 out 2011.

⁴² STATEMENT BY PRESIDENT JACOB ZUMA TO THE GENERAL DEBATE OF THE 66th SESSION OF THE UM GENERAL ASSEMBLY. **General Assembly**, 21 set 2011. Disponível em: <http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/ZA_en.pdf>. Acesso em: 31 out 2011.